

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, e verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores, deputados Paulo Corrêa, Marcio Fernandes, Paulo Duarte, Jamilson, Mara Caseiro e Londres Machado. Comunico a justificativa de ausência da deputada Lia Nogueira, conforme Ofício nº 018/2026, em razão de agenda externa. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Solicito ao deputado Paulo Duarte que está no exercício da segunda-secretaria, que proceda a leitura da ata Sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, deputados, deputadas e a todos os presentes a esta Sessão. "*Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quinze da Décima Terceira Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 56.001, 56.004, 56.164, 56.167, 56.218, 56.267, 56.270, 56.273, 56.279 e 56.282/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Carta nº 264/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Antonio Vaz e Pedrossian Neto. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Professor Rinaldo, Paulo Corrêa, Gleice Jane, Zé Teixeira e Jamilson Name. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado João Henrique. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 273/2025, de autoria dos deputados Marcio Fernandes e Gerson Claro. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 272/2025, de autoria do deputado Jamilson Name; Projeto de Lei nº 277/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao escritor e poeta Ricardo Guedes Kumm, pela sua eleição e posse na presidência da União Brasileira de Escritores de Mato Grosso do Sul (UBE-MS), para o biênio 2026–2027; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Comunidade Quilombola Tia Eva e à superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso do Sul (Iphan-MS), pelo histórico reconhecimento e tombamento das reminiscências históricas do Quilombo Tia Eva, acontecimento de elevada relevância para a preservação da memória, da cultura e da trajetória de resistência do povo negro no Estado de Mato

*Grosso do Sul e no Brasil; requerimento de moção de congratulação de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao escritor Kaio Ramos, em reconhecimento à sua relevante contribuição para a cultura, educação e à difusão das artes no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada àqueles que contribuíram para a organização e realização do tradicional Carnaval de Corumbá neste ano de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à professora doutora Letícia Couto Garcia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pela conquista do 2º Prêmio Nacional Mulheres e Ciência, promovido pelo CNPq, na categoria “Estímulo”, área de ciências da vida, bem como pelo conjunto de sua trajetória acadêmica e das ações de restauração ecológica desenvolvidas em Mato Grosso do Sul e em outros biomas brasileiros; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçado à empresa Açofort Produtos Siderúrgicos Ltda, em comemoração aos dezessete anos de atividades no município de Dourados, celebrados no dia 09 de março de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçado à empresa Contasul Escritório de Contabilidade Ltda, em comemoração aos quarenta e seis anos de atividade no município de Dourados, celebrados no dia 14 de março de 2026; requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 25 de março do corrente ano, às 19h, para a realização de Sessão Solene em comemoração ao “Dia do Artesão”; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 15 de abril de 2026, para a Sessão Solene de entrega da Medalha e Diploma de Honra ao Mérito Legislativo em homenagem aos rotarianos do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia para realização do IV Seminário Estadual do Leite no dia 29 de maio de 2026; requerimentos de informação, de autoria do deputado João Henrique; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Gleice Jane, Mara Caseiro, Coronel David, Pedrossian Neto, Zé Teixeira e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de março do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 17 de março de 2026: Ofício nº 790/2026, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 0156/2026); Ofício nº 71.269/2026, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, respondendo à indicação do deputado Lidio Lopes (Prot. 302/2026); Carta nº 287/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 020/2026). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, serei eu, e peço licença para fazer a leitura daqui mesmo, até porque tem poucos deputados no Plenário. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste

Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura, Logística de Mato Grosso do Sul (Seilog), e ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), solicitando implantação de área de escape, rampa de emergência com leito de brita na Serra da Alegria, localizada na MS-423, no município de Rio Verde. Esse trecho é conhecido pelo elevado grau de periculosidade, especialmente para veículos de grande porte, já que a acentuada inclinação da serra exige grande esforço de sistema de frenagem de caminhões e ônibus. Ao longo dos anos, diversos acidentes foram registrados, sendo alguns com vítimas fatais. Essa é uma solicitação do vereador Robson Rodrigues Machado, o Robinho de Rio Verde. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, peço licença para fazer um pequeno resumo da viagem que fiz a Assunção, em missão oficial representando a Assembleia Legislativa, designado por Vossa Excelência, para participar da reunião do BID na companhia do presidente da Federação das Indústrias, senhor Sérgio Longen. Nessa reunião nós tratamos de alguns gargalos referentes aos produtos brasileiros que entram no Paraguai, em especial, o do transporte, porque lá não tem legislação que permita parceria com a nossa frota que é toda adaptada para bitren. Na oportunidade, nós tratamos também da Estrada da Ingazeira. Através de emenda de minha autoria e com o apoio dos vinte e quatro deputados desta Casa, foi firmado um acordo com o presidente Santiago Peña e confirmado que a construção da ponte sobre o rio Apa, entre San Lázaro e Porto Murtinho, ficará por conta do Paraguai e nós ficaremos com a obrigação de asfaltar em torno de sessenta quilômetros da Estrada da Ingazeira na MS-165. Com esse acordo, a gente vai conseguir trazer o cimento produzido no Paraguai que é 30% mais barato do que o cimento no Brasil, assim como teremos vários avanços, como a ligação direta com Concepción, a ligação para a Rota Bioceânica a partir de Porto Murtinho, passando em Carmelo Peralta, e na sequência teremos a segunda ligação, em Porto Murtinho mesmo, nessa Estrada da Ingazeira. Portanto, tudo isso foi confirmado nessa reunião, senhor presidente, inclusive o Javier que hoje ocupa o Ministério da Casa Civil do presidente Santiago Peña, compôs a equipe juntamente com o Sérgio Longen, e fomos convidados a participar dessa reunião na Federação das Indústrias. Eu quero passar esse relatório porque continuamos na batalha para atingir os nossos objetivos e prestar o serviço para o povo do nosso querido Mato Grosso do Sul. O presidente Santiago Peña tem quarenta e seis anos de idade e é formado em Harvard. Ele tem um carinho especial pelo Mato Grosso do Sul e como sempre foi muito educado, nos recebeu com fidalguia, com parceria e com a irmandade que é peculiar do povo paraguaio. Portanto, eu agradeço a Vossa Excelência, à Mesa Diretora e a todos os deputados, por ter representado a nossa Casa nesse evento. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do pecuarista Francisco José de Carvalho Neto, grande expoente da seleção da Raça Nelore do Brasil, pelo seu falecimento aos oitenta e quatro anos, ocorrido no município de Barretos, no dia 13 de março deste ano. Justificativa anexa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Roberto Rodrigues Ramos, aos deputados federais e senadores, representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a viabilização de recursos federais para construção de uma praça pública que beneficia os moradores do residencial Harrison de Figueiredo, no município de Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos senhores deputados e senadores, representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando direcionamento de recursos da União, viabilizando a melhoria na estrutura física e renovação de equipamento da central de educação infantil, professora Clarinda Mattos de Souza, no município de Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à gerente da unidade operacional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), senhora Vera Lúcia Burato Marques, solicitando providências para melhoria no sinal de telefonia móvel, no distrito de Culturama, no município de Fátima do Sul. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, aos deputados federais e senadores, representantes do Estado de Mato Grosso do Sul e ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Gonçalves, solicitando a viabilização de recurso federal para reforma e adequação da pista de atletismo do Centro Poliesportivo de Atletismo do Município de Dourados, com implantação de área destinada à modalidade de arremesso, construção de caixa de salto em distância e instalação de piso emborrachado da pista. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e todos os presentes nesta Sessão. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Rosângela de Jesus Corrêa, pelo falecimento do senhor Otom Milton de Jesus Corrêa, ocorrido no dia 15 de março de 2026, no município de Campo Grande. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Associação Fioravante Futebol Independente, por meio das suas representantes, senhora Aline Fioravante, senhora Simone Lemes, extensiva a todos seus atletas, em razão do excelente trabalho realizado na promoção da saúde e inclusão social através do esporte, na cidade de Sidrolândia. Justificativa anexa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, desembargador do Dorival Renato Pavan, solicitando a realização de estudos de habilidade jurídica, administrativa e financeira, visando a concessão de isenção de emolumentos e taxas cartorárias às entidades civis sem fins lucrativos, buscando o fortalecimento das organizações da sociedade civil no Estado. Essa é uma indicação que a gente encaminha para análise do Tribunal de Justiça, a pedido das entidades do terceiro setor. Eu tenho a oportunidade de viajar pelo estado, entregando emendas, ouço a demanda da classe política e converso muito com o terceiro setor e acho que o trabalho das entidades vem suprimindo a deficiência do próprio poder público e tem feito a diferença, sendo também uma forma de prestigiar e auxiliar essas entidades. Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — No dia 2 de dezembro, eu fiz uma indicação à Agesul pedindo o reparo emergencial dos tapa-buracos da MS-162, e agora nós estamos tendo problema com o bloqueio da estrada pelos indígenas que reclamam da mesma situação, inclusive foi matéria jornalística amplamente divulgada. Se o pedido tivesse sido atendido, não teríamos esse problema agora. Quero dizer também, senhor presidente, que nesse final de semana eu tive um momento de muita alegria ao participar da inauguração do Parque Aquático Guaçu, inaugurado pela prefeita Wanderleia, uma obra que iniciou no nosso mandato e no discurso de inauguração eu pude dizer como prejudica um município o pensamento equivocando de um gestor que acha que obra pública pertence a ele e não à população. O ex-prefeito acabou não concluindo a obra e a atual prefeita de Bataguassu teve que reparar tudo o que foi danificado, depredado, para inaugurar esse parque. Havia lá, senhor presidente, duas mil e setecentas pessoas nas piscinas, nas quadras, na sala de jogos, pessoas dos bairros mais humildes. Se tem uma coisa que emociona a gente é quando o trabalho feito pelo poder público atinge quem mais precisa. Foi um dia emocionante e quero parabenizar a prefeita e toda a sua equipe pela coragem de construir um parque aquático, porque para gerir um parque aquático é preciso muita determinação e vontade de fazer o bem a quem mais precisa. Então, parabéns! É uma grande opção de lazer. Estavam lá o prefeito de Anaurilândia, Rafael; o prefeito de Santa Rita, Lúcio; mandaram representantes os prefeitos de Brasilândia e de Nova Andradina. Todos esses prefeitos já manifestaram a intenção de fazer excursões dos projetos sociais dos seus municípios para o parque aquático, devido à importância do local no atendimento às pessoas mais carentes, já que esse é o objetivo que deve perseguir todo homem público. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de pedir para o deputado fazer uma moção de congratulação para a nossa prefeita Wanderleia, uma pessoa

pela qual temos a maior admiração. Todos os deputados aqui são muito bem recebidos lá e estão convidados para comparecer em Bataguassu.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Com certeza.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Caravina, o deputado está perguntando como é que arruma carteirinha do Guaçu.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado, é só ir lá no site da prefeitura, cadastrar o cartão cidadão, comprovar residência, título de eleitor, porque tem que exercer a cidadania, lembrando que o preço é subsidiado para adentrar, mas os de fora também estão convidados.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Não, não é para ter voto não, Caravina, é só para a carteirinha mesmo, tá?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa após ouvido o colendo o Plenário, que seja encaminhado o expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), a ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando estudos para extensão da ciclovia na MS-223, no município de Coxim. Essa proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar, através do vereador Jefferson Aislan, do Republicanos. A ampliação da ciclovia se mostra de grande relevância para a mobilidade urbana e segurança viária, considerando o crescente número de ciclistas que utilizam a via, seja para deslocamento diário ao trabalho, atividades escolares ou práticas esportivas. Atualmente há trechos desprovidos de infraestrutura adequada, o que expõe os usuários a riscos de acidentes. A implantação e extensão da ciclovia contribuirá significativamente para a redução de acidentes, incentivo ao uso de meios de transportes sustentáveis, além de promover mais qualidade de vida à população local. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual Gestão de Empreendimentos de MS (Agesul), solicitando que seja realizada Operação Tapa-Buraco na rodovia MS-141, no trecho que liga o município de Naviraí a Ivinhema. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada ao nosso gabinete parlamentar pelo vereador Josias de Carvalho, do Republicanos. Atualmente a via apresenta grande quantidade de buracos, além de desgaste acentuado do pavimento, com diversos pontos críticos que comprometem significativamente

as condições de trafegabilidade. Tal situação oferece riscos iminentes de acidentes, podendo causar danos materiais aos veículos e colocar em perigo a integridade física dos usuários da rodovia. Considerando a importância estratégica dessa via para a economia local e a segurança da população, faz-se necessária a adoção de medidas imediatas para a recuperação do pavimento, garantindo melhores condições de uso e prevenindo transtornos maiores. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, nobres pares. Bom dia a todos que nos honram com a presença neste Plenário e aos que nos assistem através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu quero fazer uma indicação e também uma moção de pesar. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, coronel QOBM Frederico Reis Pouso Salas, solicitando a aquisição de materiais permanentes destinados à Escola Estadual Cívico-Militar Coronel Lima de Figueiredo, localizada no município de Maracaju. A presente indicação decorre de demanda formal apresentada pela direção da unidade escolar, que aponta a necessidade de adequação estrutural no alojamento dos bombeiros militares que atuam na escola, bem como melhorias na organização e funcionalidade da biblioteca escolar. Para atendimento da referida demanda, fazem-se necessários os seguintes materiais: três aparelhos de ar-condicionado, um refrigerador com capacidade de aproximadamente quatrocentos e quarenta litros, um fogão, um armário, um micro-ondas, mesa e cadeiras. Justificativa anexa. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar os familiares da professora Salua Mokayad Ferro, em razão do seu falecimento ocorrido no dia 9 de março de 2026, aos oitenta e um anos de idade, no município de Mundo Novo. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: " A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do deputado estadual Lidio Lopes, manifesta profundo pesar pelo falecimento da professora Salua, educadora dedicada e exemplo de compromisso com a formação humana e acadêmica. Ela construiu uma trajetória marcada pela dedicação à educação e pela contribuição significativa na formação de inúmeras gerações. Ao longo de sua vida, exerceu com excelência e responsabilidade as funções de professora, coordenadora, diretora, especialista em educação, sempre guiada pelo propósito de ensinar, orientar e contribuir para o desenvolvimento educacional e social de sua comunidade. Seu trabalho, sua dedicação e sua voz permanecerão presentes por décadas nas salas de aula e nos espaços escolares, deixando o legado de conhecimento, valores e inspiração a todos que tiveram o privilégio de conviver com a sua presença e aprender com sua sabedoria. Neste momento de dor e despedida, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul expressa sua solidariedade e seus mais sinceros sentimentos aos familiares, amigos, alunos e a toda comunidade educacional que hoje se une a um luto diante dessa irreparável perda. Que a

sua memória permaneça viva por meio de seu exemplo, ensinamentos e das inúmeras vidas que ajudou a transformar ao longo da sua nobre missão como educadora. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público presente. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da professora Maria Aparecida do Nascimento, pelo seu falecimento, cuja trajetória foi marcada pelo compromisso com a educação pública, defesa incansável dos direitos dos trabalhadores da educação e pela dedicação à organização sindical do Estado de Mato Grosso do Sul. Ela estava na direção da ACP, participava de todas as reuniões, assembleias, movimentos, inclusive na quarta-feira ela recebeu uma homenagem no evento da Fetems e logo depois ela veio a falecer. A Cida nos deixa uma saudade muito grande e a memória de uma mulher que lutou incansavelmente pela educação e em defesa dos trabalhadores, em especial dos professores de Campo Grande e do Estado de Mato Grosso do Sul, merecendo todo o nosso carinho e solidariedade. Venho aqui também fazer um requerimento, solicitando informação ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de Educação, senhor Hélio Queiroz, questionando sobre o cronograma de equiparação salarial sobre as condições remuneratórias e contratuais dos profissionais que atuam na Educação Especial do ensino médio: 1 - Qual o percentual de reajuste salarial previsto para ser aplicado aos vencimentos de professores convocados da Rede Estadual de Ensino em 2026? 2 – Buscando a equiparação salarial, qual o ganho real previsto para esses profissionais, no âmbito da política de valorização, que foi a promessa de campanha do governador Eduardo Riedel e que até agora ainda não se conseguiu perceber efetivamente? 3 – Há previsão de revisão ou adequação da remuneração dos professores convocados que atuam na Educação Especial, considerando a carga horária desempenhada e as especificidades da função, em especial dos professores que estão hoje no ensino médio e têm seis aulas por semana? Esses professores já vinham com uma demanda, uma necessidade de ter o seu salário adequado porque recebem por vinte e quatro aulas, mas sempre estiveram dentro de sala de aula com vinte e cinco. Agora, com o ensino médio prolongado, o tempo de seis aulas por dia são trinta aulas semanais, ou seja, eles recebem por vinte e quatro, mas estão trabalhando trinta horas/aulas semanais. Essas foram algumas reclamações de professores que nos procuraram e nós queremos uma informação oficial da Secretaria de Educação para saber se isso realmente está acontecendo. E, caso esteja acontecendo, qual é a medida a ser adotada para garantir que as pessoas recebam pelo tempo que estão trabalhando de fato? Na sequência, eu quero usar a tribuna para fazer a leitura de uma PEC da Enfermagem que está hoje no Congresso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente Gerson Claro e a todos que prestigiam esta Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à soldado bombeiro militar Bárbara Marinho Azevedo, em reconhecimento a sua competente e meritória ação de salvamento, fruto do seu instinto de proteção à vida humana. Mesmo de folga, no dia 10 de março do corrente ano, a soldado BM Bábara agiu instintivamente e conseguiu salvar a vida de uma mulher que estava na iminência de pular do viaduto localizado no cruzamento das avenidas Afonso Pena com a Ceará, nesta Capital. Vale destacar, senhor presidente, que a atitude da soldado Bárbara Marinho Azevedo serve de exemplo para a sociedade, pois quando os pais chegaram ao local, puderam observar que as pessoas não demonstraram empatia com a vida do próximo para ao menos auxiliar no atendimento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Maria Creusa do Carmo, mãe da minha chefe de gabinete parlamentar Elaine Silva do Carmo, em decorrência do seu falecimento ocorrido no dia 16 de março de 2026, nesta Capital. A senhora Maria Creusa do Carmo nasceu em 20 de setembro de 1946, foi exemplo de amor, dedicação e fortaleza no seu papel como mãe e deixa um legado de cuidado, sabedoria e carinho que jamais serão esquecidos. Neste momento de dor, nos solidarizamos com todos os seus familiares e amigos, rogando a Deus que conceda consolo, força e paz para enfrentar essa perda irreparável. Que as lembranças construídas em vida sejam fontes de conforto e que o amor deixado por dona Creusa continue a iluminar o caminho de todos os familiares e amigos. É o que tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: seis indicações (Prot. nºs 00534/2026, 00533/2026, 00521/2026, 00520/2026, 00519/2026, 00518/2026). De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 00495/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: duas moções de congratulação (Prot. nºs 00524/2026, 0522/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: três indicações (Prot. nºs 0531/2026, 0488/2026, 00487/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00530/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 00489/2026, 00491/2026); um requerimento (Prot. nº 00490/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: seis indicações (Prot. nºs 0513/2026, 00512/2026, 0517/2026, 00516/2026, 00515/2026, 00514/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 00502/2026, 00501/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 00525/2026, 00523/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 00497/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas moções de congratulação (Prot. nºs 00493/2026, 00496/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00494/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de congratulação (Prot. nº 00526/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00527/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de congratulação (Prot. nº 00528/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00529/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 0504/2026, 00503/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00500/2026, 00499/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00510/2026, 00509/2026, 00508/2026,

00507/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00511/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. O deputado está representando a Casa em Chapadão do Sul. Com a palavra, o deputado Professor Reinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu gostaria de fazer a inversão do meu tempo para que a deputada Gleice Jane faça uso da palavra.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, por inversão do sempre gentil Professor Rinaldo, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão do orador — Primeiramente quero agradecer ao deputado Professor Rinaldo por fazer essa inversão. Registro a presença dos representantes do Coren aqui na Assembleia Legislativa. Neste momento está acontecendo, em Brasília, um movimento de luta pela enfermagem e eu venho aqui justamente para fazer a leitura de uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro da Saúde, senhor Alexandre Rocha dos Santos Padilha, para que envidem esforços no âmbito do Governo Federal, articulando junto ao Congresso Nacional a aprovação da PEC-19/2024. Essa PEC se encontra em tramitação atualmente no Senado Federal, aguardando análise na Comissão de Constituição e Justiça, com o como objetivo vincular o Piso Salarial Nacional da Enfermagem a uma jornada máxima de trinta horas semanais, bem como a complementação, acompanhamento e apoio às proposições que tratam da redução da jornada de trabalho da categoria, incluindo o PL nº 2.295/2000, conhecido como PL das trinta horas. E, por fim, a adoção de medidas legislativas destinadas à assegurar a recomposição periódica do Piso Salarial Nacional da Enfermagem, mediante a definição de índice de reajuste anual que preserve seu valor real, inclusive com a superação dos efeitos do veto anteriormente apostado ao dispositivo que previa a correção automática do índice nacional de preços ao consumidor, garantindo assim a preservação do poder de compra da categoria e a efetividade material do piso instituído na Lei nº 14.434/2022. Eu quero dividir esse tempo falando em dois momentos: primeiro sobre a pauta da enfermagem e depois sobre a luta dos agentes de saúde e endemias que também estão em Brasília, hoje, numa luta justa. A pauta da enfermagem é necessária e urgente e todos nós aqui sabemos o quão importante é o trabalho dos enfermeiros, das enfermeiras e dos técnicos dentro dos hospitais, porque, num primeiro momento, quem cuida e atende as pessoas doentes é a equipe de enfermagem. Eu me lembro quando estive internada no Hospital da Cassems, em Dourados, com um problema de saúde, a Guillain-Barré, fiquei muita debilitada e quem cuidou de mim, me deu atenção e segurança naquele espaço foi a equipe de enfermagem, portanto é uma categoria que precisa ser valorizada porque é quem cuida de quem está doente. Os médicos passam o diagnóstico, dão a receita, mas no dia a dia quem cuida das pessoas doentes é a equipe de enfermagem. Essa categoria tem duas pautas importantes que se fazem necessárias e urgentes: a redução da carga horária e o salário digno. Quando eu estava internada, todos os dias eu perguntava para as meninas da enfermagem, que

passavam para dar tchau, se elas estavam indo para casa, e elas diziam estar indo para o próximo turno em outro hospital e, conseqüentemente, uma nova jornada. Isso acontece porque é uma categoria que não é valorizada e se não é valorizada tem um mercado de trabalho em aberto, porque as pessoas não veem isso como valor, por isso elas acabam tendo dois, três empregos para garantir a sua renda mínima. Conversei com enfermeiras e técnicas de enfermagem que diziam para mim: "Já faz quase um mês que eu não vejo o meu filho porque eu estou trabalhando todos os finais da semana". Ou seja, a jornada de trabalho da enfermagem é muito intensa, muito difícil, e isso precisa de uma atenção especial. Portanto, hoje, o movimento que está em Brasília, batendo à porta do Congresso Nacional, é um movimento legítimo e necessário. É de extrema urgência garantir trinta horas para a enfermagem, para que essas pessoas possam ter um tempo livre, para que possam ter vida junto com suas famílias e ter um tempo para descansar. Isso é muito importante. E uma outra pauta também que se faz necessária é a garantia de vincular o índice de reajuste salarial ao Piso Nacional da Enfermagem. Em 2008, através de uma lei sancionada pelo presidente Lula, nós aprovamos o piso da educação que garante valores acima da inflação todos os anos. Já na enfermagem, a lei só foi aprovada em 2022, depois da pandemia, e nós pudemos perceber o quanto essa categoria foi fundamental na vida e no cuidado com as pessoas. Foi só naquele momento que a enfermagem passou a ser percebida, passou a ter visibilidade e conseguiu aprovar uma lei do piso, mas o presidente Bolsonaro vetou o índice de reajuste dos enfermeiros. Portanto, se faz necessário agora que o presidente Lula e o ministro da Saúde retomem esse projeto e garantam que na lei tenha um reajuste anual e obrigatório para que os enfermeiros não tenham o seu salário desvalorizado ano a ano. Então, eu quero aqui registrar a presença do Coren nessa luta importante que o sindicato da enfermagem faz, venho conversando com o sindicato, com os enfermeiros sobre dessa demanda, estivemos dialogando com o deputado Vander, com a deputada Camila Jara, para que eles levem essa demanda ao ministro Padilha, à ministra Gleisi, para garantir o reajuste anual dessa categoria que se faz muito importante na vida das pessoas. Hoje também está em Brasília a categoria dos agentes de saúde e endemias, reivindicando a aprovação da PEC, acho que a deles é PEC-14. Lembrando que no ano passado, tivemos aqui na Assembleia uma audiência pública proposta pelo deputado Renato Câmara, quando debatemos a importância de uma PEC para fazer correções aos dias de trabalho e à aposentadoria dos agentes de saúde e endemias. Essa PEC foi aprovada no Congresso, passou pela Câmara Federal e agora segue no Senado. E sobre essa categoria, eu quero aqui também fazer uma menção importante. Nós estamos passando por um momento delicado no Mato Grosso do Sul, especialmente em Dourados, onde estamos vivendo uma crise de chikungunya. A aldeia já tem mais de duzentos casos confirmados, um alto índice de pessoas adoecidas, sem notificação, e algumas mortes. A situação da aldeia é bastante específica porque com a falta de água as pessoas têm caixas d'água, os caminhões pipas passam enchendo essas caixas e algumas ficam abertas, sendo assim, em todos os lugares onde os agentes passaram identificaram focos de mosquito da dengue e da chikungunya. Essa é uma demanda já antiga que temos debatido aqui na Assembleia Legislativa, a falta de água nas aldeias, em especial na aldeia em Dourados, lembrando que isso já foi motivo de muita luta, de muita manifestação. Nós já tivemos aqui um momento trágico, quando os indígenas lutavam por água e o Governo do Estado respondeu com bombas e armas, mas,

posteriormente, conseguimos um recurso do Governo Federal, via emenda parlamentar, para que se resolvesse de fato essa situação. O vice-governador já esteve em Dourados junto com os deputados federais, inauguraram a obra, mas até agora a população não está vendo a sequência dos trabalhos, lembrando que os recursos já estão na conta do Governo do Estado e a Sanesul é a empresa responsável. Portanto, faço aqui um apelo ao Governo do Estado, para que a obra de saneamento básico seja iniciada imediatamente em Dourados para garantir água na aldeia, e que as prefeituras consigam valorizar os agentes de saúde e de endemias no Estado do Mato Grosso do Sul, que contratem as pessoas, efetivem aqueles que estão na fila do concurso, porque são esses profissionais que vão garantir a prevenção da chikungunya e da dengue, visto que em Dourados há um déficit enorme de trabalhadores, inclusive estão fazendo uma força-tarefa na aldeia porque não estão dando conta de cobrir toda a cidade. Esse fato traz prejuízo para as pessoas e para o próprio sistema de saúde, além do risco de morte que elas correm. Prevenir é sempre melhor do que remediar. O Ministério da Saúde já se faz presente na cidade com uma equipe para atender às demandas dos povos indígenas, especialmente a aldeia que se encontra numa situação bastante tensa e preocupante. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp, que disporá de vinte e cinco minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu ocupo a tribuna para informar que cheguei um pouco atrasado na Sessão porque fui à Receita Federal participar da cerimônia de lançamento da campanha "Cidadão Solidário", que visa conscientizar os contribuintes do Imposto de Renda a fazerem a doação de parte do imposto devido para o Fundo da Criança e do Adolescente e o Fundo da Pessoa Idosa. Muitas pessoas ainda não têm conhecimento de que podem fazer a doação de 3% do imposto que têm que pagar, para o Fundo da Criança e do Adolescente, e de 3% do imposto devido para o Fundo da Pessoa Idosa. Vejam que ninguém paga um centavo a mais de Imposto de Renda além daquele que deveria pagar. Por exemplo: se a pessoa tiver que pagar à Receita Federal R\$ 10.000,00, ela pode destinar 3% para o Fundo da Criança e 3% para o Fundo da Pessoa Idosa. É muito importante, deputado Zé Teixeira, nós aqui da Assembleia Legislativa nos engajarmos nesta campanha para conscientizar a população. É importante dizer que esses fundos financiam projetos de centros de convivência da pessoa idosa, projetos da nossa cidade que atendem crianças com deficiência, crianças que foram retiradas das famílias em função da violência que sofrem dentro de casa, muitas vezes até abusos sexuais. Quando isso acontece, a justiça determina que elas sejam encaminhadas para um abrigo, onde terão assistência prestada pela instituição ou por uma Organização Não Governamental. Então, é preciso apoiar esses projetos, destinando recursos do Imposto de Renda para que as instituições possam atender suas finalidades, seus objetivos. Importante dizer que muitas dessas entidades sobrevivem de rifas, de churrascos, de doações da comunidade, feiras da pechincha, para arrecadar fundos para manter a entidade aberta. Portanto, já que temos que pagar imposto, prestando esse serviço estaremos colaborando como contribuintes.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Aparte concedido ao deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Quero cumprimentar Vossa Excelência por trazer esse tema extremamente importante para esta Casa de Leis. Esse é um instrumento disponível para a sociedade, mas que muitas vezes não utilizamos, e através desse mecanismo temos a possibilidade de irrigar essas instituições com recursos. Dizer que o primeiro projeto de lei de minha autoria, e agradeço muitíssimo que os nossos deputados o tenham aprovado nesta Casa de Leis, foi um que obriga as grandes indústrias, aquelas que são receptoras dos incentivos fiscais, no âmbito do MS Empreendedor de Mato Grosso do Sul, que fizessem, não em caráter voluntário, mas em caráter obrigatório, mandatório, a destinação de 1% do Imposto de Renda da pessoa jurídica para o Fundo Estadual do Idoso e 1% para o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (Feinad). Essa foi a primeira versão e é lei hoje no Mato Grosso do Sul, inclusive todos os termos de acordo foram aditados para que essa obrigação fosse cumprida. Na segunda versão da lei que apresentamos, colocamos o Fundo do Esporte e da Cultura e também existe a possibilidade de colocar para tratamento de pacientes com câncer. Então, tem todo um arranjo que é possível fazer. Nessa segunda versão, esses outros fundos ainda não têm patamares obrigatórios, e talvez seja o caso de buscarmos uma nova redação para tornar obrigatório. Mas, tão importante quanto colocar na lei é fazer uma fiscalização efetiva. Só para se ter uma ideia, uma empresa como a Eldorado Celulose ou aquela empresa que foi para Ribas, a Suzano, pode colocar, por ano, cinco, seis, sete milhões de reais, sem ter nenhum impacto. Então, ou se cria um recurso carimbado e assegurado para a assistência social, para chegar lá na ponta, ou nós vamos perder para nós mesmos. Quando o constituinte formulou a Constituição de 1988, ele se preocupou em colocar dinheiro carimbado para a saúde e para a educação, mas há uma lacuna muito grande, sobretudo, com relação à assistência social. Então, é necessário encontrar mecanismos para se ter uma política efetiva e sair um pouco da dependência das emendas parlamentares, que são boas, nós como parlamentares fazemos isso, mas a política de assistência social com P maiúsculo não pode depender da decisão de um deputado, por melhor que seja.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, deputado Pedrossian, excelente proposta que Vossa Excelência coloca aqui e vamos levar adiante essa sugestão. Queria dizer que no lançamento desta campanha na Receita Federal, nós tivemos um depoimento da promotora do Ministério Público dizendo que não há nenhuma denúncia de desvio de recursos deste fundo destinado a entidades que atendem crianças, adolescentes e pessoas idosas. O Ministério Público acompanha, fiscaliza e também delibera a destinação desse dinheiro. Quando uma pessoa paga o seu Imposto de Renda depois de fazer a sua declaração, esse dinheiro vai para Brasília, para a Receita Federal, cai no caixa do Governo e tem milhares de destinações. Todos os contribuintes, um empresário, um servidor público, enfim, quem quiser doar pode destinar 3% para o Fundo da Criança, 3%

para o Fundo do Idoso, lembrando que esse dinheiro fica aqui no município de Campo Grande, vai para o fundo, e esse fundo destina às entidades que trabalham atendendo essas pessoas. Então eu queria fazer um apelo para que os deputados desta Casa se engajassem nesta campanha, e uma coisa que me chamou atenção é que, segundo o delegado da Receita Federal, Mato Grosso do Sul está em oitavo lugar entre os estados em arrecadação, mas nós podemos chegar ao primeiro lugar. Mato Grosso do Sul tem um potencial de arrecadar até duzentos e quarenta milhões de reais, dinheiro suficiente para financiar todas essas entidades que atuam nessas áreas, atendendo as pessoas em vulnerabilidade social, sem precisar fazer campanhas, promoções, rifas, porque a gente sabe que não é fácil manter uma entidade dessa aberta. Então vamos aderir à campanha, vamos divulgar que fazer essa doação é um mecanismo bastante fácil e seguro. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores, eu tenho conversado muito com os prefeitos e trouxe aqui um exemplo da Prefeitura de Nova Alvorada do Sul, do meu amigo Paleare, sobre a questão de transporte escolar. A gente fica imaginando que o recurso de quase todo o imposto que nós pagamos é centralizado no Governo Federal ou no Governo Estadual, mas nos estados os municípios recebem um percentual de 25% do que é arrecadado, ou seja, divide-se entre os setenta e nove municípios, o que representa 75%. Vejam a desproporção com relação ao transporte escolar. No município de Nova Alvorada do Sul, e não deve ser diferente nos outros, em uma despesa de R\$ 2.176.560,00, que é o gasto anual da prefeitura, ela recebe do Governo Federal uma receita de R\$ 100.000 mil reais e através da SED, duzentos e poucos mil reais do Governo Estadual. Então, o prefeito municipal põe do bolso no município e só recebe uma parte do IPVA, uma parte do IPTU, algum percentual do Governo Federal e gasta R\$1.816.000 por ano. Portanto, eu acho que isso tem que ser revisto, principalmente agora que nosso país caminha para a Reforma Tributária. Sendo assim, nós vamos ter que ir no Governo Central com o pires na mão, pedir esmola de uma despesa que é criada no município. Toda a arrecadação é centralizada no Governo Estadual, que devolve do bolo de 100% apenas 25%, e o restante é centrado no Governo Federal. Tudo isso é para você ficar dependente de recurso para tocar as prioridades, como por exemplo, saúde e educação. Quanto à destinação do percentual do Imposto de Renda para as crianças, adolescentes e idosos, eu concordo 100% com o pronunciamento do deputado, só não concordo com a forma de pagar. É muito duro você ter que recolher o imposto e, se quiser, é espontâneo recolher 100% e a lei te dá o direito de recolher 3% para o fundo A, B ou C, só que esse dinheiro vai ser recolhido no fundo e quem manda, quem determina a destinação é o Ministério Público, ele é quem diz para onde vai. Eu não acho isso justo, porque se eu posso recolher 100% do Imposto de Renda, o Governo Federal não vai devolver nada para a criança, para o adolescente, para a saúde e nem para a educação. Eu citei como exemplo o transporte escolar porque tem município que é diferente, você vai lá, senta com o prefeito e diz que vai recolher o fundo

naquele determinado município, e quer dar 20% para a Apae, 20% para os idosos, 20% para a criança e o adolescente, 20% para a Guarda Mirim, e o prefeito te atende. Então, eu moro em Dourados, mas posso recolher o fundo no município que eu quiser e, no meu caso, eu recolho em Caarapó. Então, sou eu que estimo o percentual de Imposto de Renda que eu vou pagar e posso recolher no fundo, porque se for para eu recolher para o Ministério Público mandar para o fundo A,B,C, eu pago Imposto de Renda, e o Governo Central manda. Todos nós sabemos como vivem as pessoas neste país, 50% das crianças e adolescentes estão indo para o descaminho, para as drogas, porque falta estrutura na educação e no próprio lar. Eu acho que o sistema no Brasil que proíbe as crianças de dezesseis anos de trabalhar, deveria mudar. Ainda bem que agora no governo do Reinaldo e do Eduardo Riedel foi implantado na escola uma coisa muito boa que é o ensino em tempo integral, e os alunos de quinze, dezesseis, dezessete anos estão ficando dentro da sala de aula, escapando do mau caminho, mesmo porque o momento mais difícil da nossa vida é a adolescência, quando a personalidade ainda não está formada. Eu vi a deputada falando sobre a Chikungunya na reserva indígena Jaguapiru Bororó. Eu estou pagando cento e cinquenta reais por dia para as pessoas irem tirar sangue para ver se têm o vírus, porque os carros da Sesai são terceirizados e quem ganhou a licitação foi obrigado colocar carros novos, sendo assim, houve desistência. Acontece que até chamar o segundo, ninguém sabe quantos dias vai ser e esse vírus vai proliferando cada vez mais na reserva indígena. Eu liguei para uma enfermeira que é minha amiga, a Fabiana, conversei com seu Adão, do conselho, disse para ele alugar lá dentro da dentro da reserva que eu vou pagar do bolso, já estou pagando cento e cinquenta reais por dia. Liguei também para o Vander Loubet, liguei para o secretário de Saúde do Estado, liguei para o prefeito municipal e ele disse que isso é problema do Sesai, setor esse que não tem um pinga de responsabilidade. Eles têm que ter dinheiro para locar carros, é emergencial! Agora, depois de cinco, seis dias que já estão sendo atendidos é que está chegando o recurso do Governo Federal para entrar na reserva e atender os índios. Hoje quem está fazendo as estradas na reserva indígena é a Agesul, a pedido meu e a pedido do vice-governador, Barbosinha. A Agesul está mandando as máquinas para lá, estamos encascalhando, porque não tinha nem o rolo para passar em cima do encascalhamento, foi preciso ligar para o prefeito de Vicentina, Kleber. Eu arrumei um rolo novinho para Vicentina através da senadora Soraya, e agora tomei emprestado para poder fazer a compactação das entradas na reserva indígena. Vale lembrar que esse é um povo que vive aqui no meu estado e, no meu ponto de vista, está excluído, abandonado pela Funai sem um pinga de justificativa, sem um pinga de dinheiro. Tem uma Sesai toda desequilibrada, vieram umas cinquenta pessoas da Sesai e ninguém sabia onde o cachorro caiu do caminhão de mudança, não entendem nada, só entendem de receber o salário do Governo, e o índio lá, sofrendo. Então, eu não estou atrás de voto, nem atrás de nada, estou atrás de humanidade, porque o vírus está lá impregnado na sociedade indígena e precisa ser vetado para que não entre na nossa cidade, porque a reserva indígena é quase um distrito do município de Dourados. Então, esse é o meu dever, é a minha obrigação, não estou aqui alegando nada, apenas dizendo do descaso da Funai e do Sesai a respeito do que está acontecendo, porque nos outros municípios, Aral Moreira, Antônio João, Caarapó e Amambai, os prefeitos estão apoiando até que o Sesai resolva esse negócio dos carros, porque quando os carros eram do próprio Ministério, quebravam, perdia-se tudo. Agora

cortaram, não tem mais carros do Ministério, eles são contratados de empresas terceirizadas e quando ficam velhos não querem trocar, querem arrumar o carro velho, porque querem ganhar o dinheiro e prestar um mal serviço. Então, senhor presidente, no meu ponto de vista, a respeito do transporte escolar eu aprovo através do fundo, como o deputado Pedro Kemp falou, só não aprovo colocar no fundo do Ministério Público e ele mandar no dinheiro. Eu tenho que chegar e falar que quero dar 20% para Apae, 20% para a Pestalozzi, 20% para as crianças e adolescentes, 20% para Sema, 20% para o combate às drogas e o dinheiro ir direto, mas agora o Ministério Público mandar no dinheiro que eu vou depositar, eu não concordo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu recolho o fundo em Caarapó, porque lá eu destino e vai na origem, vai atender o que eu peço, caso contrário, eu recolho o Imposto de Renda integralmente, e vai para o Governo Central e ele que mande para a criança e para o adolescente, porque eu não sou obrigado a nada, a lei me ampara, é espontâneo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com o maior prazer.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Exatamente isso, deputado Zé Teixeira, eu acho que essa destinação do Imposto de Renda para esses fundos é uma forma bastante segura de apoiar esses projetos que existem nos municípios, e uma coisa importante é que quem decide para onde o dinheiro vai é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho da Pessoa Idosa. Então, a gente faz a destinação, o dinheiro é encaminhado para o fundo e o conselho é quem delibera quais as entidades que vão receber. Essa é uma forma bastante segura, inclusive o Ministério Público só visita as entidades para fiscalizar se o dinheiro está sendo aplicado. A decisão da destinação é dos conselhos, que são deliberativos. Eu acho que vale a pena fazer essa campanha, é uma destinação segura e bastante importante para o funcionamento dessas entidades. Obrigado, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Agradeço o aparte e eu vou enviar um requerimento para o conselho em Dourados, solicitando a prestação de contas de onde foi investido, quanto arrecadou e onde investiu em 2025. Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou assinar com o senhor, deputado. Registramos e agradecemos a presença do senhor Anderson Freitas, vereador do município de Eldorado; da Evelyn, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa; da Ana Maria Alves, conselheira do Conselho Regional de Enfermagem. Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, fazendo a recomposição do quórum, queria dizer que nós temos vinte um deputados e deputadas presentes, portanto há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passo a presidência ao deputado Renato Câmara.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 329/2025. Autor: deputado Junior Mochi. Consulto se o deputado está on-line. Não estando, retiro de pauta o Item 1. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 129/2025. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Semana de Educação e Conscientização sobre Segurança Digital para Crianças e Adolescentes, denominada de 'Segurança em Rede'". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declaração de voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, esse projeto faz parte de uma movimentação que o Felca fez nas redes algum tempo atrás e nós conseguimos também aprovar, em âmbito nacional, o ECA Digital como uma forma de proteção às crianças e adolescentes. Esse projeto institui a Semana de Educação e Conscientização Sobre Segurança Digital para as Crianças e Adolescentes e o que a gente precisa agora é garantir a efetivação da lei para que as famílias conheçam a legislação e consigam proteger melhor as crianças quanto ao uso do celular. Nós percebemos no processo da educação o quanto foi benéfica a proibição do celular dentro das escolas para as crianças e adolescentes, como elas passaram a conviver melhor, como elas passaram a articular e ter uma outra relação pessoal dentro das escolas, mas dentro de casa ainda há a necessidade de um cuidado pessoal com as crianças. Então esse projeto é um projeto importante e eu fico agradecida de ver que meus colegas também estão concordando com isso e aprovando esse projeto. Eu quero aqui agradecer cada voto.

Projeto de Lei nº 0129/2025, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Renato Câmara (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 307/2025.

Autor: Poder Executivo. "Institui, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), o Programa Cadastro Positivo MS, nos termos que menciona". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 307/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário..

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Sete requerimentos, treze indicações e uma moção de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vai ao Expediente. Item 5. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento de Raimundo de Oliveira Simões. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h10min).